

JUVENTUDE E CIDADANIA NO CONTEXTO DO PROJovem URBANO: REPERCUSSÕES NA VIDA DOS EGRESSOS*

YOUTH AND CITIZENSHIP IN THE CONTEXT OF URBAN PROJovem: REPERCUSSIONS IN THE LIFE OF GRADUATES

JUVENTUD Y CIUDADANIA EN EL CONTEXTO DEL PROJovem URBANO: REPERCUSIONES EN LA VIDA DE LOS EGRESOS

Edinólia Portela Gondim

Pedagoga Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia

Lélia Cristina Silveira de Moraes

Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará

RESUMO: Trata-se de um estudo comparativo com enfoque qualitativo, em que se discute as repercussões do ProJovem, enquanto política socioeducativa, na vida de jovens egressos desse programa a partir das finalidades ou dimensões que o estruturam. Apresenta como pergunta principal: Qual a diferença provocada pelo ProJovem na vida dos egressos desse programa, que residem em São Luís-MA? O trabalho é fundamentado à luz do pensamento de Arendt (1992; 2007), Arroyo (2007), Silva (2008), Arretche, (2001) e Minayo (2005). Situa-se o ProJovem como uma política para juventude, discutindo-a em sua concepção e aportes teóricos. Pesquisa realizada no ano de 2010 com 154 sujeitos, sendo 74 egressos do programa e 80 não ingressantes, com idades, histórias e residências em contextos similares aos dos jovens egressos. Utilizou-se grupos focais e um grupo de controle como técnica e estratégia de pesquisa. Os resultados da pesquisa revelam que, a despeito das inúmeras variáveis contextuais, o ProJovem provocou diferença na vida dos egressos ludovicenses, apontando como aspecto mais acentuado a continuação dos estudos. Contudo, no referente à cidadania, o programa não a contemplou plenamente, embora tenha contribuído, em alguns casos, para reduzir o estado de vulnerabilidade dos beneficiários.

PALAVRAS-CHAVE: ProJovem. Cidadania. Jovens egressos. Avaliação.

ABSTRACT: This is a comparative study with qualitative approach, in which we discuss the repercussions of ProJovem while socio-educational policy in the lives of young graduates from this program and from the objectives or dimensions that structure it. It presents as a main question: What is the difference caused by ProJovem in the lives of graduates of this program that live in São Luís- MA? This work is based on the thoughts of Arendt (1992,2007), Arroyo (2007), Silva (2008), Arretche (2001) and Minayo (2005). ProJovem is known as a policy for young people, discussing it in its conception and theoretical aspects as well. This research was done in 2010 with 154 persons: 74 graduates from the program and 80 non-graduates. Both students had in common their ages, stories and residences in similar context of the graduates. Focal group and control group were used as a technique and a research strategy. The results achieved from the research reveal that despite the numerous contextual variables, ProJovem caused a significant difference in the graduated students from São Luís. As a further and meaningful aspect, we point out that they continued their educational studies. However, regarding to citizenship, the program was not contemplated fully, even though, it has contributed in some cases to reduce the beneficiaries' vulnerability status.

KEYWORDS: ProJovem. Citizenship. Young graduates. Evaluation.

* Artigo recebido em
Aprovado em

RESUMEN: Se trata de un estudio comparativo con enfoque cualitativo, en que se discute las repercusiones del ProJovem como política socioeducativa, en la vida de jóvenes egresos de ese programa a partir de las finalidades o dimensiones que lo estructuran. Presenta como pregunta principal: ¿Cuál la diferencia provocada por el ProJovem en la vida de los egresos de ese programa que residen en la ciudad de São Luís? El trabajo es fundamentado a la luz del pensamiento de Arendt (1992; 2007), Arroyo (2007), Silva (2008), Arretche, (2011) y Minayo (2005). Se sitúa el ProJovem como una política para juventud, discutiéndola en su concepción y aportes teóricos. Investigación realizada en el año de 2010 con 154 sujetos, siendo 74 egresos del programa y 80 no ingresantes, con edades, historias y residencias en contextos similares a los de los jóvenes egresos. Se utilizó grupos focales y un grupo de control como técnica y estrategia de investigación. Los resultados de la investigación revelan que, con respeto de las innúmeras variables contextuales, el ProJovem provoque diferencia en la vida de los egresos de la ciudad de São Luís “ludovicenses”, apuntando como aspecto más acentuado la continuación de los estudios. Sin embargo, con lo que se refiere a la ciudadanía, el programa no la contempló plenamente, por más que haya contribuido, en algunos casos, para reducir el estado de vulnerabilidad de los beneficiarios.

PALABRAS CLAVE: ProJovem. Ciudadanía. Jóvenes egresos. Evaluación.

1 | Introdução

Discutir programas socioeducativos como o Programa de Inclusão de Jovens (ProJovem) requer a busca de respostas para questões que se impõem como subjacentes ao estudo, tais como: O que é o programa? Qual a sua finalidade? Que bases conceituais o sustentam? Para, então, situá-lo no contexto em que foi gestado, sublinhando a preocupação em pensar as questões historicamente construídas. Compreendemos que o conhecimento não é algo construído *a priori*, naturalmente dado, que fale por si e exista espontaneamente, pois entendemos que, para se avaliar uma política, precisamos identificar as razões que impuseram sua formulação e as determinações advindas da conjuntura em que foi gerada. Reconhecemos, assim como Goldman (1979) que o objeto adquire significação quando é inserido no todo que lhe dá coerência.

Esse artigo é parte da pesquisa que realizamos no doutorado, em que avaliamos o ProJovem implementado nos anos de 2005/2006, na cidade de São Luís-MA. O trabalho se caracteriza como uma pesquisa acadêmica de cunho avaliativo, e abordagem qualitativa que se complementa com dados quantitativos. Aproxima-se de uma análise comparativa, à medida que utilizamos um grupo de controle como uma particular estratégia. Para tanto, estudamos 154 sujeitos, sendo 74 egressos do programa e 80 não ingressantes, que compuseram o grupo de controle.

Na perspectiva de garantirmos mais fidedignidade no resultado do estudo, conforme aponta Draibe (2001), a pesquisa de campo foi realizada no ano de 2010, após três anos que os jovens haviam concluído o curso, tempo considerado suficiente para observarmos as interferências diretas do programa sobre os seus beneficiários.

Para imprimir rigor ao estudo e extrair resultados fiéis de maneira eficiente, optamos pela combinação de duas técnicas: grupo focal¹, com a utilização de questões/temas, e aplicação de questionário. As duas técnicas foram utilizadas também no grupo de controle, este empregado com fins comparativos em relação ao grupo de jovens egressos, visando estimar os efeitos de outras políticas que costumam superestimar os dados obtidos nos grupos avaliados (ARRETCHE, 2001; DRAIBE, 2001).

Por considerar a avaliação como um fenômeno em movimento que interage com os sujeitos e o contexto (MINAYO, 2005; SILVA, 2008), e ainda atentos à defesa de que a associação das propostas teóricas de avaliação com a antropologia pode produzir estudos promissores, embora não excluídos de contradição, elegemos como pergunta principal de pesquisa: Qual a diferença provocada pelo ProJovem na vida dos egressos desse programa, que residem em São Luís-MA?

Os resultados obtidos em resposta a mencionada questão são o foco do nosso estudo, o qual será discutido nos próximos tópicos.

Na apropriação dessa questão, alguns obstáculos necessitaram ser superados, iniciando pela noção de evidência do objeto estudado. Os veículos de comunicação e formadores de opinião e, ainda, o senso comum tendem a uniformizar seu olhar sobre os programas sociais, privilegiando em suas análises aspectos referentes à articulação política de governos, ao mesmo tempo em que 'estandardizam' os lançamentos, as matrículas, o atraso de pagamentos ou as afirmações de que se trata de mais uma política compensatória sem resultados; ou por outro ângulo, que a política resolverá toda a situação problemática. Ao andar pela trilha da avaliação, até chegar ao entendimento mencionado, e para evitarmos a superficialidade das nossas análises, fomos além, aprofundamos nossos passos na compreensão de que o conhecimento é uma resposta a uma questão, a uma pergunta (BACHELARD, 1996), e, portanto, construído intencionalmente com método e com procedimentos próprios.

¹ Técnica que possibilita contato mais estreito com os sujeitos e melhor flexibiliza as informações em pesquisas com amplo número de sujeitos.

Além disso, consideramos também que as políticas sociais, são decorrentes da fragilidade da política econômica (SAVIANI, 2010) e que o ProJovem é um programa socioeducativo que faz parte de uma política específica, que se enquadra nas configurações de políticas temporárias, pontuais, com meandros de política populista que interessa à lógica da sociedade atual. Aten-tamos ainda para o fato de que este programa se apoia em matrizes neoliberais, como quase todas as políticas de repasse de rendas aos beneficiários, implantadas no Brasil desde a década de 1990, com a reforma do Estado. Levamos em conta que as premissas do programa são sustentadas pelos documentos de organizações internacionais² e respaldadas pelo discurso oficial, que localiza a educação no conjunto das políticas de desenvolvimento econômico, com enfoque principal de que é um instrumento para a superação da pobreza. Essa lógica contingenciou para que a justificativa para a implantação do programa se assentasse também nos fatores e nos indicadores da situação de vulnerabilidade da juventude brasileira.

Cientes dessas visões, firmamos a compreensão de que toda forma de avaliação envolve, necessariamente, um julgamento, uma atribuição de valor, e está pautada em determinadas concepções. Assim, subjacente à aprovação ou a não aprovação de uma política ou programa público, encontra-se uma concepção de justiça. Descarta-se, dessa forma, a possibilidade de que toda e qualquer modalidade de avaliação possa ser apenas instrumental, técnica ou neutra (GOMES, 2001). Além do mencionado, ao avaliarmos políticas públicas não podemos prescindir da compreensão de que estas são constituídas a partir de ações e omissões do Estado, decorrentes de decisões e não decisões, e possuem como limites e condicionantes subjacentes os processos econômicos, políticos e sociais: “Isso significa que uma política se estrutura, se organiza e se concretiza a partir de interesses sociais organizados em torno de recursos que também são produzidos socialmente” (SILVA, 2001, p. 37). Uma política pública em geral se expressa em forma de resposta a situações problemáticas e pode se materializar através de programas, de projetos e de serviços. O que explicita os seus resultados, além dos efeitos objetivos na vida das pessoas, é também a avaliação que se faz dela.

3 | Projovem urbano e a perspectiva da cidadania: capturando as diferenças provocadas na vida dos jovens egressos

A Política nacional para juventude brasileira implementada em meados da década de 2000 é composta por três propostas que teriam que atuar simultaneamente: a Secretaria Nacional da Juventude, o Conselho Nacional da Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem³, programa socioeducativo, configurado como uma política específica, componente estratégico da política brasileira de juventude, localizado naquele contexto sob a coordenação da Secretaria Geral da Presidência da República em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Sua proposta contempla como aportes teóricos e de ação os conceitos de inclusão social e de educação integrada, justificando a presença do primeiro conceito pela concreta tensão entre o local e o global existente na sociedade atual, considerando que, mesmo com inúmeros proces-

² Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

³ O objeto do estudo é o ProJovem Urbano implementado em 2005 nas capitais brasileiras, destinado a jovens de 18 a 24 anos de idade em estado de vulnerabilidade, que sabiam ler e escrever, mas não haviam concluído o ensino fundamental. O programa tinha durabilidade de 12 meses e os jovens recebiam uma bolsa de 100 reais para frequentá-lo. Reformulado em 2008 o ProJovem passou a denominar-se de Integrado (ProJovem Urbano, ProJovem Adolescente, ProJovem Campo, ProJovem Trabalhador), em 2012 sofreu novas mudanças quando se desvinculou dos demais ProJovens, migrando da SECADI para o Ministério da Educação.

sos de integração globalizada, existem incontáveis ações excludentes que alimentam profundos sentimentos de desconexão com o mundo e entre os pares. O segundo conceito é explicado pela necessidade de integração indissociável entre educação básica, qualificação profissional e ação comunitária, pois, ao ser realizada essa integração, tornaria viável a concretização do primeiro conceito - a inclusão social.

Ainda em sua concepção teórica o ProJovem, reafirma a condição de cidadania dos jovens e ressalta que pretende tirá-los do estado de vulnerabilidade em que se encontram. Para tanto, lhes oferece a oportunidade de voltar à escola,⁴ a chance de identificar as oportunidades de trabalho por meio da qualificação profissional e a possibilidade de construir experiências de ações junto à comunidade em que estão inseridos, o que para nós significa proporcionar-lhes noções de cidadania.

Como percebemos a juventude de que trata o ProJovem é determinada, delimitada por um corte geracional, com idade de 18 a 24 anos e um corte social por estabelecer o perfil socioeconômico, ou seja é uma juventude que está à margem da escola, do trabalho e de outros bens sociais. Dessa forma, o programa expressa a cidadania como um princípio amplo, porém guarda especificidades, pois determina objetivamente variada modelação contida em seus objetivos e finalidades, bem como: direito à continuação aos estudos, ao acesso às oportunidades de trabalho, ao engajamento cidadão voluntário e à formação de valores solitários que possibilitem aos jovens a participação em ações sociais e políticas, e ainda a prática de atividades características da juventude, como esporte, lazer e outros.

Entendemos que ser cidadão, em primeiro lugar, está diretamente ligado ao princípio do “direito a ter o direito” (ARENDDT, 2007), assentado e inalienavelmente adquirido por meio da própria condição de ser humano. Contudo, ao relacionarmos as concepções teóricas filosóficas com a objetiva realidade das sociedades capitalistas, como esta em que vivemos, e considerando ainda a concepção de cidadania inaugurada no século XX – a qual se tornou necessária a partir dos descompassos insurgidos no seio do próprio contexto social –, observamos que a condição humana se vincula diretamente a situações dignas de sobrevivência, o que significa ter direito de acesso ao bem estar econômico e de usufruir dos bens produzidos socialmente, dos padrões de desenvolvimento e da herança social e cultural da sociedade. Portanto, é preciso que o indivíduo esteja minimamente situado acima da linha da pobreza e que tenha direito ao trabalho digno⁵, com salários compatíveis, direito à escola de qualidade, e ao sistema de bem estar.

Desta forma, compreendemos que, em linhas gerais, à medida que o ProJovem promove o acesso da juventude aos mencionados bens sociais e culturais, está retirando a juventude de uma situação de vulnerabilidade e, indubitavelmente, proporciona-lhes oportunidades de inclusão social.

Entendemos que a política social e os seus programas existem para produzir mudanças positivas na vida das pessoas, sendo que essas mudanças, no caso dos beneficiários do ProJovem, começariam pela confirmação da cidadania juvenil, pela via da escola, do trabalho e do engajamento social.

Nesta perspectiva, quando nos propusemos a avaliar o ProJovem no sentido de examinar a diferença que esse programa provocou na vida dos beneficiários residentes em São Luís, nossas intenções se direcionaram para sabermos das contribuições do programa para o exercício da cidadania dos concluintes. Para tanto, tomamos como base as finalidades do programa, os seus objetivos e as suas expectativas, os quais expressam de forma ampliada importantes fatores, tais como: a reinserção do jovem na escola, a capacitação dos jovens para que pudessem

⁴ Concluir o Ensino Fundamental e continuar os estudos.

⁵ O mesmo que trabalho decente defendido pela OIT (2006) aquele com remuneração que garanta condições de manutenção do indivíduo e de sua família, previdência social, férias, salubridade, etc.,

identificar oportunidades de trabalho e inserirem-se no mundo do trabalho e o desenvolvimento de ações que lhes possibilitassem experiência em ações comunitárias.

Os mencionados fatores se efetivariam pela operacionalização da proposta curricular, que se expressa por meio da integralização do ensino fundamental com a qualificação profissional e a ação comunitária, no sentido de oferecer à juventude beneficiária novas formas de interação, apropriação de novos conhecimentos que possibilitem a reelaboração de experiências e de visões de mundo, com o intuito de reposicionar ou posicionar esses jovens, no que tange a sua inserção social e profissional (BRASIL, 2005).

Assim sendo, ratificamos que nos movemos em direção ao conceito de cidadania defendido por Arendt (2007), em que, na sociedade atual, a condição humana antes de tudo precisa ser compreendida a partir do “direito ao direito”, bem como pela concepção inaugurada no século XX, que auferir aos cidadãos direitos aos bens socialmente produzidos. No caso dos jovens pesquisados, são conferidos como direitos o acesso à escola, possibilitando continuação dos estudos, inserção no mundo do trabalho e o engajamento em ações comunitárias.

Como já elucidamos neste artigo, os sujeitos pesquisados se constituem em uma amostra da juventude da cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão. Portanto, temos jovens que compartilham da cultura, das formas de agir, de ser, de pensar e de sentir da juventude brasileira e latina americana, as quais se interrelacionam, mas guardam em si características particulares e específicas: regionais e locais.

Levando em conta a condução metodológica avaliativa que considera a interação do fenômeno com os sujeitos e a totalidade que o circunda (MINAYO, 2005; SILVA, 2008), percebemos que os resultados do programa na vida dos beneficiários possuem estreita relação com seu contexto de inserção. Do mesmo modo, ao averiguarmos a diferença entre o grupo de egressos e o grupo de não ingressantes no que se refere aos aspectos avaliados, e tomando como referência a questão de pesquisa, verificamos a grande importância do contexto para a juventude pesquisada, tanto no que tange aos avanços, quanto aos retrocessos em seu processo de vida.

No entanto, ao aprofundarmos as análises comparativas e considerando que o grupo de controle é composto por jovens com características e situações de vida similares à dos concluintes do programa, notamos que existem variáveis que sinalizam avanços que se referem, prioritariamente, à existência do programa não isolado, mas tomado nesse contexto. Dentre estas, podemos citar o prosseguimento na educação formal como uma das variáveis de maior expressividade, tendo em vista a constatação de que 71,6% dos jovens egressos continuaram os estudos, contra 31,2% de jovens não ingressantes que compuseram o grupo de controle.

Outra questão que nos é apresentada – não de forma imediatamente reveladora, mas após persistentes indagações e desvelamentos das aparências, as quais geralmente acobertam os fenômenos pesquisados (BACHELARD, 1996) – é a relação direta do jovem com o mercado de trabalho. Entre os egressos, durante o ano de 2010, não foram localizados jovens desenvolvendo atividades de “bico”⁶, ao passo que, entre os não ingressantes, localizamos 41,25%. Importa dizer que nos anos de 2005 e 2006 o número de jovens egressos que ocupava postos de trabalho dessa natureza alcançava a mesma média dos existentes no grupo de controle: sessenta (60) egressos e cinquenta e sete (57) não ingressantes. Contudo, embora não tenhamos localizado jovens egressos na condição de trabalho de “bico”, o número dos que estão formalmente trabalhando ou mesmo recebendo salários mensais é, em média, o mesmo dos não ingressantes, e, portanto não existe diferenciador significativo. Os dados a seguir nos possibilitam melhor visualizar a situação:

Egressos: 31 jovens recebendo salários mensais, porém, sem vínculo formal de trabalho; 41 com vínculo formal de trabalho; nenhum em trabalho de “bico”.

⁶ Atividades realizadas esporadicamente sem vínculo formal e sem salário fixo.

Não ingressantes: 48 jovens sem vínculo formal, mas, com salários mensais; 32 com vínculos formais; 33 situados em atividades denominadas bico.

Além disso, estes jovens (egressos) empregados, em sua maioria, estão localizados no ramo da construção civil ou em postos de trabalho considerados socialmente de menor valor, recebendo salários incompatíveis com o esforço laboral despendido. Isso revigora nossa atenção sobre uma das finalidades do programa, que versa sobre a identificação de oportunidade de trabalho e não sobre a capacitação para o mundo do trabalho (BRASIL, 2005).

Chama-nos a atenção também o alcance da 'consciência' demonstrada por essa juventude sobre a sua situação profissional, pois aqueles que não possuem vínculo formal mostram-se insatisfeitos com esta situação. Outros demonstram insatisfação com os salários não condizentes ou mesmo porque pretendem realizar trabalhos que lhes proporcionem autorrealização e reconhecimento social. O interessante é que o requerimento de tais aspirações se manifesta dentro de um modelo de conduta que considera valores como dignidade, solidariedade e crédito em si próprio.

A terceira questão que se revela como uma variável no diferenciador do programa na vida dos egressos remete-se ao último item por nós perquirido: o engajamento desses jovens concluintes em ações comunitárias, tendo em vista ser essa uma das dimensões do programa, e que se interrelaciona com as suas finalidades e expectativas. Nesse item, observamos um acentuado espírito gregário nos dois grupos pesquisados (egressos e não ingressantes), mesmo porque, nesse estudo, a expressão maior de ação comunitária se desloca para a agregação juvenil no interior das manifestações culturais⁷. Tal deslocamento se justifica porque, em São Luís, como em outros contextos que valorizam as expressões culturais/religiosas, essas também funcionam como elo que congrega e fortalece vínculos entre as pessoas, bem como, entre as pessoas e o próprio lugar/comunidade.

Desta forma, o diferenciador que se revela como efeito produzido pelo ProJovem nesse item se assenta, essencialmente, na existência de um número razoável de jovens egressos engajados em atividades de expressões culturais, realizando tarefas e/ou localizados em postos de comando ou na condição de brincantes. Entre esses jovens 47 foram engajados após participação no programa, sendo que 20 localizam-se em postos de comando, enquanto que no grupo dos não ingressantes encontramos 31 jovens que se engajaram após os anos de 2005/2006 e somente 2 estão em postos de comando. No grupo dos egressos, todos, de forma ampliada ou restrita, atribuem ao ProJovem o mérito por desenvolverem as mencionadas tarefas.

Pensamos que a preferência juvenil por essa forma de engajamento (manifestações culturais), em detrimento das demais, ocorre, em primeiro lugar, motivada pelo peso que essas manifestações⁸ carregam dentro da cultura ludovicense, pois são centenariamente cultivadas objetivamente e no imaginário social.

Em segundo lugar, porque as manifestações culturais são carregadas de alegria, entusiasmo, arte, movimento e comportam um grande aspecto de entretenimento, o que combina com as características imanentes da juventude. No entanto, notamos que o aspecto alegre e prazeroso existente nessas manifestações não impede que os jovens guardem em si valores e sentimentos de cooperação, solidariedade e comunidade, pois a participação ativa nessas atividades culturais faz com que realizem esforços para elevar e dar visibilidade à comunidade onde estão inseridos.

A pesquisa também nos revelou alguns equívocos do ProJovem. Sublinhamos, no decorrer deste estudo, alguns desses equívocos, tais como:

⁷ Bumba-meu boi, Cacuriá, Festa do Divino Espírito Santo e outras manifestações culturais e religiosas próprias de São Luís/MA.

⁸ Na atualidade, são apreciadas durante todo ano, especialmente no período dos festejos juninos, e tal preferência é uma das características que marca e distingue o povo maranhense, tendo em vista que são tradições que se revelam como culturais.

- a) não vinculação do Programa com o mercado de trabalho;
- b) pouca contribuição dos Arcos Ocupacionais⁹, componente de uma das dimensões do programa, para o aprendizado dos concluintes;
- c) a insuficiente carga horária da Dimensão Qualificação Profissional¹⁰, bem como daquela destinada à Ação Comunitária;
- d) o formato organizacional e ideológico do programa como política, o qual se coaduna com os parâmetros da política neoliberal, populista, assistencialista e focalizada, que é contrária à luta por uma política educativa universalista, travada a partir da redemocratização do país na década de 80;
- e) a forte incongruência que se revela na materialidade do programa como um equívoco perante uma política educativa profissionalizante;

Além desses equívocos, estudos realizados por Nascimento e Araújo (2009) ainda acrescentam que o programa ProJovem foi situado no cenário nacional de forma vertical, emergencial, comportando em si uma burocracia específica, o que o distancia dos objetivos de uma política universalista historicamente reivindicada pelos educadores e sociedade civil.

Ainda assim, constatamos que o ProJovem conseguiu produzir diferenças positivas na vida dos egressos residentes em São Luís, contribuindo para a complementação do ensino fundamental que por vários motivos havia sido interrompido, e influenciando os jovens a dar continuidade aos estudos, o que poderá favorecer a conquista de uma cidadania cada vez mais concreta.

Todavia, precisamos destacar que, além do acesso, para que a escola seja considerada um bem que compõe a cidadania dos indivíduos, precisa oferecer garantias de qualidade social. Conforme esta lógica, se levarmos em conta as recorrentes situações de constrangimento explicitadas nas falas dos egressos durante a pesquisa, principalmente nas discussões do grupo focal¹¹, essa escola que os exclui não pode ser reconhecida como de qualidade, conforme também demonstram estudos de Arroyo (2007) e Charlot (2000) para citar apenas alguns.

Assim, os jovens egressos que continuaram os estudos não usufruíam desse direito na sua plenitude, se comparados aos outros jovens que fizeram cursos regulares. Porém, excetuado esse aspecto, podemos confirmar o prosseguimento da escolarização básica como o diferencial mais significativo produzido pelo ProJovem na vida dos egressos residentes em São Luís, congregando neste um dos expressivos pilares que asseguram a cidadania.

Já no atinente ao engajamento dos jovens nas expressões culturais de cunho coletivo comunitário, os efeitos do ProJovem, no sentido diferenciador de sua contribuição para cidadania, são expressos de outro modo, pois os resultados nos levam a admitir que a Dimensão Ação Comunitária tenha proporcionado à juventude egressa ações concretas que lhes permitiram o exercício da cidadania, entretanto, em um plano mais abstrato, a exemplo, a consciência de que a sua condição humana lhe possibilita “o direito ao direito” (ARENDDT, 2007).

Essa juventude leva uma vida activa, na medida em que, por meio da sua participação nas expressões culturais, é condicionada pela cultura e pelas normas sociais e organizacionais existentes, as quais foram inventadas por outros homens que por lá passaram, ao mesmo tempo em que dá à juventude prosseguimento a essas invenções e são inventadas outras mais. Por meio dessas organizações coletivas são transpostos impedimentos no sentido de entender e requerer progressivamente novos direitos (ARENDDT, 1992).

⁹ Item curricular parte da dimensão qualificação profissional onde ocorriam as oficinas.

¹⁰ O ProJovem tinha uma carga horária de 1.600h, sendo 1.400h destinadas a dimensão Escolarização, 350h destinadas à dimensão qualificação profissional e 50h para a dimensão ação comunitária.

¹¹ Os egressos revelaram que ao buscarem a escola para dar continuidade aos estudos se defrontaram com a descrença por parte dos professores no aprendizado adquirido no curso anterior, diferenciação no tratamento pedagógico entre alunos oriundos de cursos considerados regulares e eles que vêm de cursos de cunho especial, o não reconhecimento das suas experiências de aprendizagem e de vida já acumuladas, entre outras situações.

Entretanto, no quesito trabalho, um dos bens mais requisitados pela humanidade na contemporaneidade, em especial nas sociedades capitalistas, o diferencial produzido pelo ProJovem, mesmo com a inexistência de jovens na condição de trabalho de “bico” entre os egressos, não atingiu os níveis que lhes conferem a condição de cidadãos, tendo em vista que a maioria não desenvolve trabalho considerado digno ainda que mais de 1/4 esteja formalmente inserido no mercado e que mostre pequenos avanços numéricos em relação ao grupo de controle e outros mais, como no referente à visão de si mesmo no mundo do trabalho, no atinente a insatisfações que os conduzam a buscarem trabalhos com maiores remunerações e respeitabilidade social.

Por essa constatação, percebemos que, quando os avanços dependem da juventude egressa, isto é, quando estão dentro dos limites de esforços dos jovens, como no caso do prosseguimento dos estudos e do engajamento em manifestações culturais, a juventude tem mais condições de se localizar e os efeitos são mais expressivos. Entretanto, quando os avanços saem dos limites dos jovens, como a sua inserção ao trabalho, pois, neste caso, depende de outrem, ou seja, do mercado, os efeitos não são tão expressivos.

Acreditamos que a mencionada dificuldade também está diretamente ligada às novas exigências do mundo do trabalho, que vêm substituindo a força de trabalho pela tecnologia. As formas tradicionais de trabalho, definidas a partir do paradigma taylorista/fordista¹² são pouco utilizadas na atualidade. O novo momento exige a presença da ciência e da tecnologia no conhecimento do trabalhador, no sentido de que esse domine os processos produtivos e sociais. Isso demanda, para alcançar postos de trabalho digno, com níveis salariais e condições coerentes, ir além do desenvolvimento de competências cognitivas, necessitando também de competências que possibilitem bons relacionamentos. Além disso, é exigida a capacidade de saber usar o conhecimento científico das múltiplas áreas, com fins a resolver de forma inovadora os novos e recorrentes problemas. Esse domínio vai implicar, não somente nos conteúdos, mas também nas variadas formas metodológicas de se desenvolver o trabalho intelectual que exige a multidisciplinaridade, o que demanda uma educação profissional em níveis crescentes de complexidade.

Destacamos que a *dimensão qualificação profissional*¹³, pelo próprio formato do ProJovem como programa socioeducativo em nível inicial de escolaridade, não pôde oferecer tal formação. Ao mesmo tempo em que o programa anuncia a pretensão de proporcionar a formação integral, e reafirma a qualificação com certificação de formação inicial, também trata da identificação de oportunidades de trabalho (BRASIL, 2005), deixando claro, pelo seu formato curricular – principalmente no referente à carga horária –, que na escolarização se concentra o peso maior.

Em países e em regiões como a nossa, além das exigências enunciadas para se ter um trabalho considerado digno, os reduzidos postos de trabalho concorrem para que as feições do desemprego e do emprego precarizado se revelem de forma por demais perversas. Os direitos de cidadania em sua totalidade ainda estão longe de ser assegurados para a maioria da população, e a existência de desigualdades de todas as ordens acentua as diferenças de acesso ao trabalho, sobretudo ao considerado trabalho digno, como também aos bens e serviços socialmente produzidos (KUENZER, 2003).

De acordo com essa lógica, a empregabilidade passa a ser flexível no que se refere ao requerimento de adaptação do trabalhador às novas situações, o que concorre para que a maioria dos trabalhadores se conforme com situações de trabalho cada vez mais precárias. Contudo, nesse sentido, mais de 1/4 dos jovens egressos fizeram a diferença, pois se mostraram por demais insatisfeitos com suas condições de trabalho.

¹² As relações entre capital e trabalho centravam-se no modelo de Estado de Bem-Estar Social, mediadas no âmbito dos Estados Nacionais. Harvey (1996), Frigotto (1995).

¹³ Na execução desta dimensão o programa preconiza a ministração de conteúdos voltados para o desenvolvimento de competências que proporcionem ao jovem inserção no mercado de trabalho, utilizando-se ao final dos estudos, da elaboração de um Plano de Orientação Profissional (POP) (Ver documento ProJovem 2005).

Importa dizer que, a despeito do discurso dominante que associa aumento de escolaridade com empregabilidade, o cenário educativo, em especial da educação profissional, demanda desiguais aportes e modelos de educação. Para os que estão sem emprego ou desenvolvendo trabalho precarizado, é oferecida uma formação simplificada, de curta duração, como no caso do ProJovem. Aos outros, pequeno grupo que ocupará os postos que se referem à concepção, manutenção e gerência, é oferecida uma formação de maior complexidade, maiores custos e longa duração. Não se pode negar, por outro lado, que a tendência mundial à elevação da escolaridade venha produzindo uma participação mais qualificada na vida produtiva das pessoas, provocando significativas mudanças no social e gerando novos padrões de consumo, em decorrência da reunificação entre ciência, trabalho e cultura. Esse fator realmente estabelece uma nova relação entre homem e conhecimento, porém, em sociedades como a nossa, isso não altera a distribuição desigual dos bens econômicos e culturais produzidos socialmente.

Devemos ainda salientar que esse contexto de desigualdade serve de base para formulação de políticas de educação que tentam eliminá-las, isto é, políticas e/ou programas que se referem à recondução ou condução das pessoas ao mercado de trabalho. Assim, iniciativas educativas com vertente profissionalizante entram no cenário social, preferencialmente nos países latinos americanos e no Caribe, conforme estudos desenvolvidos pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). O ProJovem se caracteriza como uma delas, todavia, ao oferecer somente a complementação da primeira etapa da educação básica e devido a reduzida carga horária dispensada à *dimensão da qualificação profissional*¹⁴, não consegue assegurar conhecimento e competências que possibilitem aos jovens beneficiários ultrapassarem as ocupações informais e precárias, como revelaram os egressos no decorrer da pesquisa (CEPAL, 2004).

Assim, apesar da não existência de jovens egressos em ocupações consideradas de “bico” - o que se constitui como um diferenciador - quando comparamos a localização de jovens egressos e não egressos em trabalho com vínculos formais, mas que não se encaixam nos padrões do trabalho digno, percebemos que os efeitos provocados pelo ProJovem não alcançaram níveis que possam ser considerados como referências de cidadania, pois esse tipo de trabalho não corresponde ao requerimento dos direitos para tal.

Observamos que o trabalho com esse formato tem se expandido muito no Brasil e São Luís não foge dessa realidade. Últimas pesquisas realizadas em dezembro do ano de 2011 anunciam índice de 5,2% de queda no desemprego do país (IBGE, 2011), sendo o mais significativo dos últimos nove anos. Contudo, Arroyo (2007) já vem alertando sobre esses índices de pesquisas, pois, em geral, tratam de trabalho precarizado, subempregos que não garantem a sobrevivência imediata e acarretam consequências danosas. Que perspectivas futuras pode ter um jovem que será identificado como sujeito que exerce indefinidamente um trabalho sem dignidade? Além da visão negativa de si mesmo, o traço mais sério é a insegurança. Ele não tem uma configuração clara de trabalhador. Ao contrário, cria a ideia de ser alguém sem horizontes, e não ter horizontes é não construir um caminho: “[...] não projetar-se no tempo como horizonte é estar atrás do tempo, não controlar o seu tempo humano.” (ARROYO, 2007, p. 8).

Por outro lado, os jovens egressos, mesmo ocupando postos que não condizem com suas perspectivas, estão isentos dessa característica, pois revelaram possuir muitas expectativas de futuro. Mesmo aqueles que estão insatisfeitos com o trabalho que exercem, estabelecem projetos com prospecção de vida. Além disso, possuem muitos sonhos pessoais: ter uma vida melhor, estudar, trabalhar, constituir família, ter segurança financeira e ver os seus descendentes prosperarem com dignidade.

¹⁴ Toma-se neste estudo o trabalho como um dos elementos fundantes da cidadania, assim ao discutirmos a dimensão da qualificação profissional preconizada pelo ProJovem, buscou-se comparar os objetivos do programa e as percepções dos egressos sobre os conteúdos estudados, as competências desenvolvidas e seu engajamento no mercado de trabalho.

3 | Considerações finais

Antes de ter expectativa de participação no crescimento do país, como requerem as determinações das organizações internacionais¹⁵ e agências multilaterais¹⁶ imbutidas nas políticas para juventude, os jovens egressos participam do mesmo contexto social daqueles que, longe de um bem viver democrático, são motivo de preocupação da sociedade, ao integrarem um grupo de risco com maior propensão à violência e à marginalidade. Por estas exercerem efeitos danosos sobre a segurança pessoal e sobre a imagem que fazem de si mesmos, assim, tais sujeitos terminam se afastando das diversas formas de pertencimento, o que reforça a negatividade e acaba por levá-los a sucumbirem à situação de vulnerabilidade.

Contudo, tal situação não chega a abalar determinantemente as formas de pertencimento e agregação dos concluintes do programa, tampouco reduz a confiança que esses jovens depositam no mundo, no futuro e em si mesmos. Com o decorrer de nossas análises, nos encaminhamos a concluir que, apesar das variáveis existentes no percurso do estudo, em que algumas possuem implicações direcionadas propriamente ao ProJovem, o contexto conjuntural inerente à sociedade em que vivemos, com suas grandes desigualdades e das mais variadas ordens, influencia e muito determinam os limites de cidadania, dispensando objetivamente a ela, feições correspondentemente aos níveis sociais a que os sujeitos pertencem. Assim, não possuir cidadania plena assegurada é uma forte característica das pessoas que compõem os estratos sociais mais baixos.

Portanto, mesmo tendo aproveitado as oportunidades oferecidas pelo programa, embora com todos os seus limites e contradições, inclusive no que se refere à formação e ao tempo destinado a sua duração, como já mencionamos, bem como considerando também as restrições impostas pela conjuntura social, as quais impedem que os egressos possam usufruir da cidadania em sua totalidade, podemos inferir que o ProJovem não proporcionou a cidadania preconizada, mas contribuiu de forma particular para amenizar o estado de vulnerabilidade dos beneficiários egressos.

¹⁵ Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

¹⁶ Banco Mundial (BM) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Referências

ARENDDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1992.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Uma contribuição para fazermos avaliação menos ingênua. In: BARREIRA, Maria Cecília; CARVALHO, Maria do Carmo B. (Org.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 115-142.

ARROYO, Miguel. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? Rev. Educ. Jovens e Adultos, v. 1, p. 01-108, ago. 2007.

BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico: contribuição de uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRASIL. Secretaria Geral da Juventude. Coordenação Nacional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens-ProJovem. Projeto do Programa ProJovem: educação qualificação e Ação Comunitária. Brasília, DF, 2005.

CEPAL. Panorama social de América Latina 2003 - 2004. Publicación de las Naciones Unidas, Santiago de Chile, nov. 2004. Disponível em: <HTTP://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xm/6/20386/P20386.xml&xsl=/dds/tpl/p9f.xsl>. Acesso em: 23 set. 2009.

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DRAIBE, Sonia Maria. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de um trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria C. R. N.; CARVALHO, Maria do C. B. (Org.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC, 2001. p. 8-33.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995.

GOLDMAN, Lucien. Dialética e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001. p. 15-34.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

IBGE. Pesquisa mensal de emprego: referência: dezembro 2011. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2012.

KUENZER, Acácia. As propostas de decreto para regulamentação do ensino médio e da educação profissional: uma análise crítica. Curitiba: [s.n.], 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

NASCIMENTO, Ilma Vieira; ARAÚJO, Kelle Cristina Queiroz. ProJovem como mecanismo de inclusão social: um olhar sobre a elevação da escolaridade de jovens egressos. In: DUARTE, M. R. T. (Org.). Palavra de jovens sobre o ProJovem: estudos com os egressos e a formação de pesquisadores em avaliação de programas educacionais. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2009. p. 153-174.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Trabalho descente nas Américas. Brasília, DF, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: _____. Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001. p. 37-91.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e et al. Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras; São Luís: GAEPP, 2008.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias. São Paulo: [s.n.], 2010. Mimeografado.